



A insistência da população em morar nas palafitas do município de Laranjal do Jari, Amapá

Karoline Fernandes Siqueira¹, Vinícius Batista Campos¹, Clícia Pires Carvalho², Mayara Glinda Silva Martins²
Rayanny Nara Gama Vieira², Kariane da Silva Oliveira²

¹Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) – Câmpus Laranjal do Jari. e-mail: karoline.siqueira@ifap.edu.br; vinicius.campos@ifap.edu.br

²Estudante do curso de Técnico em Secretariado IFAP – Câmpus Laranjal do Jari. e-mail: clicia.carvalho@hotmail.com; mayara@hotmail.com; rayannynaragv@hotmail.com; kariaene@hotmail.com

Resumo: No município de Laranjal do Jari, Amapá a ocupação foi de intensa corrente migratória, onde as pessoas se alojavam de maneira desordenada na busca de melhores condições de vida, favorecendo a constituição de moradias sem estrutura básica, como saneamento, abastecimento de água potável, fornecimento de energia elétrica, coleta de lixo, disposição organizacional de urbanização como ruas, postos de saúde. Nesse sentido, objetivou-se, com o presente estudo, analisar a justificativa de parte da população de Laranjal do Jari ainda permanecer morando em palafitas. A pesquisa descritiva e avaliativa focou os estudos na observação e aplicação de questionário qualitativo e quantitativo, para abordar os principais fatores que levam a população residente a permanecer na região, mesmo tendo as piores condições de vida, sendo vítimas de enchente, incêndios, falta de infraestrutura, coleta de lixo. Pelos resultados, foi possível verificar que 80% da população entrevistada moram a mais de cinco anos nas palafitas, sendo a maioria por escolha própria. Ainda foi constatado que a maior parte possui casa própria tendo, como maiores problemas, falta de energia e água. Apenas 42% dos entrevistados sabem que a enchente é um fenômeno natural e quase a totalidade dos moradores (92%) vivenciaram uma enchente. A população possui um desejo de permanecer, apesar de se mostrar forte, não é preeminente. Mesmo a população vivendo com algumas dificuldades, a população entrevistada residente nas palafitas de Laranjal do Jari, Amapá possui um desejo de permanecer, apesar de se mostrar forte, não é preeminente. Ao contrário, existe uma forte mobilidade na cidade. A maioria da população local chegou a Laranjal à procura de emprego, na Jari, ou em empresas associadas. A maioria acabou ficando por ter perdido seu emprego e sua fonte de renda.

Palavras-chave: Área de risco, População, Permanência

1.INTRODUÇÃO

Em meados dos séculos XVI e XVII a Amazônia foi alvo de disputa entre portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e holandeses, dentre as primeiras fronteiras de ocupação está o estado do Amapá, que historicamente teve a margem esquerda da foz do Rio Amazonas, devido ao interesse externo pelos produtos exóticos, minerais, alimentícios, ou pelo acesso ao continente Sul Americano (PORTO et al., 2007).

O município de Laranjal do Jari surgiu de forma desorganizada em 1967, decorrente principalmente da chegada à região do Vale do Jari da Companhia Jari Florestal e Agropecuária Ltda., do milionário norte americano Daniel Ludwig, que idealizou construir um império autossustentável nesta região, objetivando desenvolver atividades extrativistas como a exploração de celulose, atividade pecuarista e agricultura de arroz de várzea, além do reflorestamento, ressaltam-se que desde 2000, o empresário Sérgio Amoroso, do Grupo Orsa é o responsável por tal empreendimento (SIQUEIRA et al., 2011).

A criação desse grande projeto trouxe algumas implicações negativas para o município de Laranjal do Jari, como a ocupação aleatória da margem esquerda do Rio Jari, esta área passou por um processo de recebimento de uma corrente migratória, que buscava por melhores condições de vida,



nessa composição desordenada e heterogênea, aonde as pessoas vinha de diversos lugares do país, se alocando sem as mínimas condições necessárias de salubridade, como habitação, saúde e saneamento.

Segundo Browder e Godfrey (2006) cidades da floresta planejadas pelo Estado são construídas quase que instantaneamente para abrigar, confortavelmente, os trabalhadores de algum grande projeto de desenvolvimento, às vezes co-financiado pelo capital transnacional. Em pouco tempo aparece uma multidão heterogênea de favelas temporárias, no lado de fora das cercas de segurança, para abrigar precariamente os trabalhadores temporários que convergem para a região na esperança de conseguir trabalho.

A região ficou conhecida pelo pseudônimo de Beiradão (vocábulo polissêmico em Laranjal, mas, neste caso, é o nome dado à cidade de Laranjal do Jari, quando das suas origens. Entretanto, hoje o uso deste termo é evitado pela população local por ser considerado pejorativo) ou maior Favela Fluvial do Mundo, famosa por apresentar na década de 1970 atividades ilícitas, como a prostituição; atualmente é o terceiro município do Amapá, apresenta a maior área territorial do Estado, com 32.166,29 (IBGE, 2011), sendo 18,50 km² da sede urbana.

A formação estrutural baseado em Clareto (2003) é composta de três regiões distintas: Seco, beira e alagado; tal configuração apresenta-se baseada na organização espacial, ou seja, observa-se que nas áreas secas, locais onde a enchente não atinge, as casas são construídas em alvenaria e distribuídas em quadras; entretanto, na beira e no alagado, a formação das habitações é diferenciada, sendo quase a totalidade das casas feitas de madeira, dispostas em passarelas ou pontes e becos. A vida privada é, quase sempre, pública nessas regiões, considerando que as construções das palafitas são feitas em um amontoado de habitações, isentas de privacidade.

Com esses agravantes as palafitas construídas sobre a várzea, também conhecida por “parte baixa”, área esta que foi ocupada desordenadamente em função de fatores acima citados sofre com os incêndios em 1996, 2006 e 2011 e as enchentes em 2000, 2006 e 2011; acontecimentos como que já eram previsíveis, tendo em vista é considerada área de risco, este foi um dos principais motivos que levaram as autoridades a buscar uma forma de organizar um novo espaço que pudesse atender a demanda dessa população desabrigada em função dos ocorridos, foram construídas casas na parte alta, mas a comunidade contemplada voltou para as palafitas meses depois.

A ausência de políticas públicas concretas no município de Laranjal do Jari é visivelmente reconhecida em sua paisagem urbanística, seja pelas palafitas construídas aleatoriamente sem nenhum tipo de segurança na “parte baixa”, ou pela, má organização da “parte alta” desprovida totalmente de infra estrutura, área que apresenta uma agressão aos aspectos urbanísticos, existindo um amontoado de tabuas velhas que servem de paredes as casas que não apresentam boas condições de moradias, sem estruturas de banheiros, fossas a céu aberto, compartimentos sem divisórias, telhados com coberturas de amiantos (CÉLIS, 2007).

A Empresa Jarí teoricamente destina 1% de sua produção para investimento em políticas públicas e ações sociais, porém percebe-se um descontentamento da população em relação a esse investimento. A Fundação Orsa desenvolve atividades de promoção do empreendedorismo e geração de renda em áreas urbanas e rurais; a mesma também diz que a empresa desenvolve projetos de agricultura em áreas degradadas. Entretanto, a revista em questão não cita “onde” são realizadas essas benfeitorias.

Em 2005 a Universidade Federal do Amapá – UNIFAP juntamente com a Prefeitura de Laranjal do Jarí – PMLJ, iniciou trabalhos para a construção do Plano Diretor desta cidade, foram dois anos de trabalho intenso, com a participação popular, assim foram realizados mais de 20 eventos buscando fazer uma melhor leitura da cidade e das necessidades do município em geral.

Diante do exposto, objetivou-se com o presente trabalho, diagnosticar os motivos da insistência da população Larijalense em permanecer nas áreas de risco do município “as palafitas”.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado no período de março a julho de 2011, no município de Laranjal do Jari (Figura 1), situado na região ocidental do estado do Amapá, fazendo limites com municípios de Vitória do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari, Estado do Pará, Suriname e Guiana Francesa.

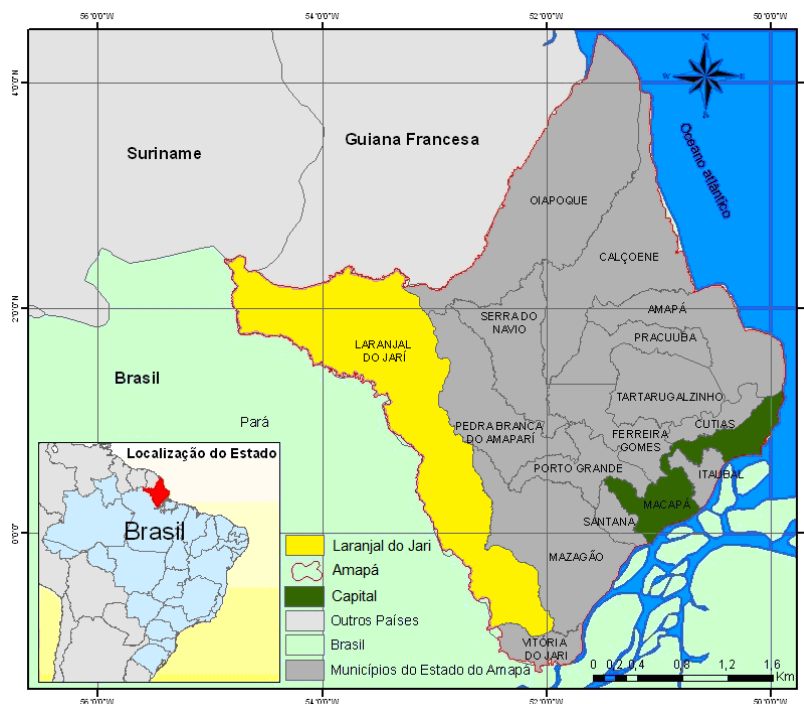


Figura 1. Localização do Município de Laranja do Jari, Amapá, Brasil.
Adaptado de: Airton Ferreira Gonçalves Neto

Para a realização do estudo, foram desenvolvidos três momentos, objetivando diagnosticar os motivos que levam a população das áreas de risco “palafitas” a permanecer na região, mesmo sendo vítimas de constantes problemas como as condições físicas, sociais, urbanísticas, econômicas de sobrevivência.

No primeiro momento, levantou-se o cenário histórico da região desde a sua implantação, visualizando o que já sofreram com incêndios, enchentes, falta de estrutura e analisamos que o quantitativo populacional atingindo era de cerca de 10.000 habitantes dos 45 mil da população atual do Laranjal. A região da beira compreende toda a área localizada às margens do rio Jari, desde Samaúma, a montante do rio, até Santa Lúcia, a jusante. Após essa fase, foram realizadas visitas às áreas de risco para avaliar as condições de moradia, saneamento, coleta de lixo, eletricidade e água potável, diagnosticando a real situação da população.

No último momento foi observado e sondado através da aplicação de 50 questionários, os quais versaram sobre as habitações e as complicações e benefícios de ainda residirem em área denominada de risco.

Utilizou-se do método estatístico descritivo. Após a coleta e tabulação dos dados, com auxílio de planilha computacional, realizou-se construção de gráficos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pelos resultados obtidos, pode-se constatar que a maior proporção do público entrevistado (80%) reside nas palafitas a mais de 5 anos, sendo 18% entre 1 e 5 anos e ainda habitantes a menos de um ano (2%) (Figura 2). É importante obter informações de pessoas que vivem a mais tempo nesse local, pois o relato sobre as condições de vida e alguns eventos que ocorreram (enchente, incêndios, etc.) serão mencionados com bastante precisão, entretanto, a visão dos moradores mais recentes também auxilia na eficácia do diagnóstico.

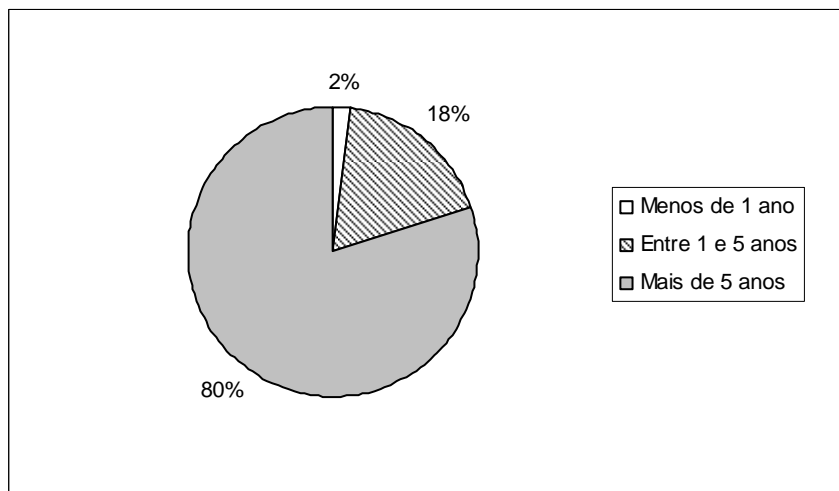


Figura 2. Tempo que os entrevistados residem nas palafitas

Um dos questionamentos feito aos entrevistados foi à justificativa de ainda permanecer nas palafitas (Figura 3). A maioria (52%) comenta que ainda vive nas palafitas por escolha própria, porém 48% dos entrevistados relataram que a falta de opção é motivo de continuar residindo em palafitas. Os entrevistados afirmaram também que, como o centro da cidade localiza-se às margens do rio Jari, fica mais próximo para realizar a travessia para trabalhar no estado do Pará (trabalhadores da fábrica Jari Celulose) e o comércio é mais diversificado nesse bairro de Laranjal do Jari. Foi comentado ainda que a prefeitura apresentou um projeto habitacional para remanejar essa população para áreas de terra firme (não alagadas), todavia o local não possuía infraestrutura mínimo para essa transferência, faltando iluminação pública, abastecimento de água e saneamento básico.

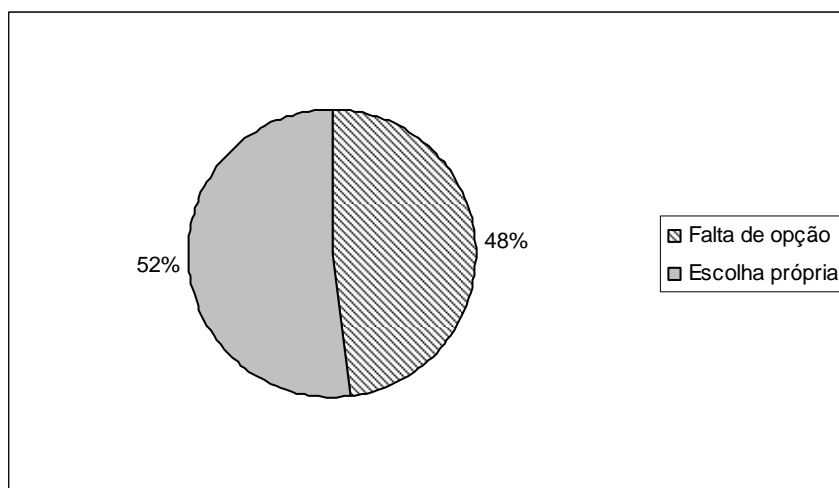


Figura 3. Motivo dos entrevistados para permanecerem vivendo nas palafitas

De acordo com a Figura 4, a maior percentagem dos entrevistados (82%) tem o imóvel próprio, cerca de 10% vivem em casas alugadas, 6% moram em casa de familiares e ainda 2% residem em palafitas emprestadas. Clareto (2003) relata que Laranjal do Jari tem a peculiaridade de ter grande parte da sua área habitada sobre palafitas: são casas, escolas, igrejas, bares, mercados e até matadouros, que se erguem a partir do rio. Construções quase sempre de madeira que fixam suas bases em terreno que, quase ano todo, é leito do rio. Essa forma de ser de Laranjal do Jari confere à cidade um caráter de fluvialidade que se confunde com a fluidez das águas desse enorme rio. Uma cidade móvel e sua mobilidade podem ser apreendidas nas relações dela com o rio e das pessoas entre si: é uma mobilidade permanente que fixa as pessoas ao lugar; uma afetividade que se constrói pelo lugar, pelas pessoas, pelo modo de viver e de sobreviver.

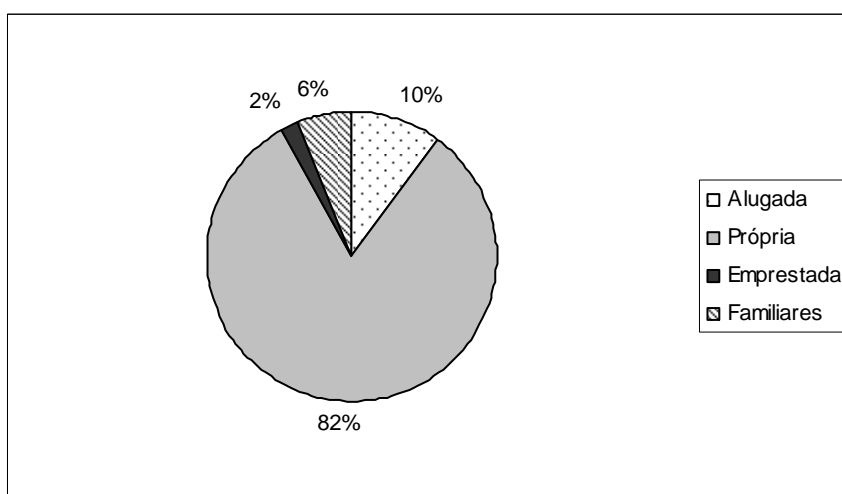


Figura 4. Tipo de moradia dos entrevistados

Quando os entrevistados foram questionados quais seriam as maiores dificuldades encontradas ao residirem em palafitas mais da metade responderam que a falta de energia (88%) e água (86%) correspondem às maiores limitações do referido local (Figura 5). Outros fatores também foram relatados, a exemplo de doença (42%), transporte (42%), falta de emprego (40%), alimentação (40%), saneamento básico (38%), lixo (36%), nenhum (16%) e enchente e fogo (4%). Mesmo Laranjal do Jari possuindo uma legislação ambiental específica, alguns problemas associados ao meio ambiente vem ocorrendo e o principal deles é a disposição inadequada dos resíduos sólidos. Segundo Mota (2003), a maioria das cidades brasileiras ainda tem a forma de dar destino aos resíduos sólidos através de depósito a céu aberto, mas conforme dados de Moreira et al. (2011), na enchente de 2011 no município de Laranjal do Jari, foi verificado uma grande quantidade de lixo despejado pelas palafitas.

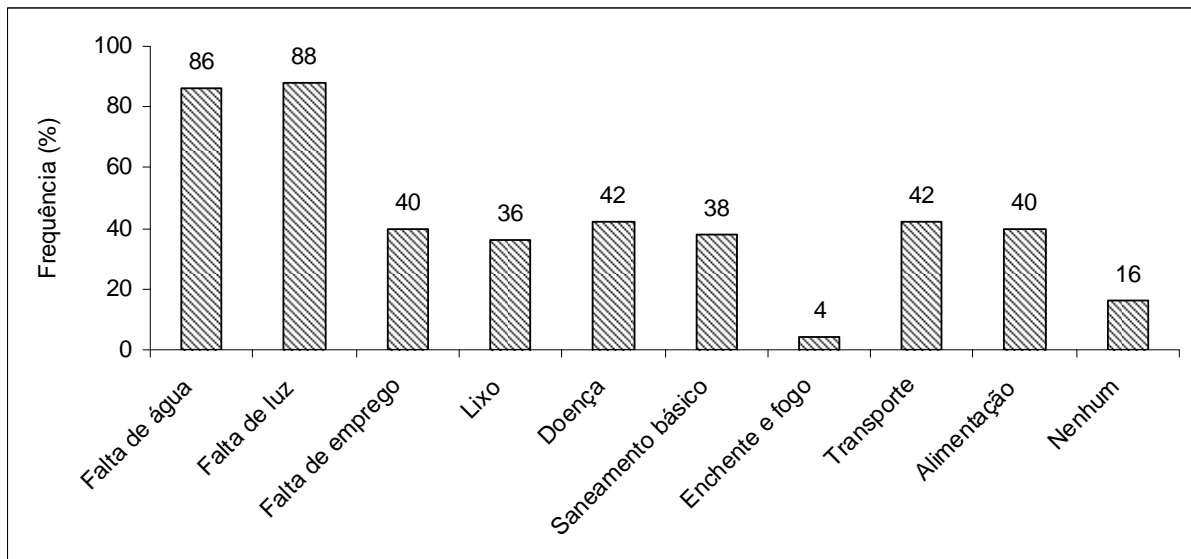


Figura 5. Maior dificuldade ao morar nas palafitas

A ausência de informação por parte de alguns moradores leva a afirmação incorreta sobre determinados fenômenos. Ao serem perguntados sobre qual a origem da enchente na região das palafitas, 58% dos entrevistados respondeu de forma errada o motivo da enchente. Um dado alarmante está associado aos 40% dos entrevistados atribuírem a enchente, que é um fenômeno natural, a um problema da prefeitura. Para ISRD (2002), a enchente é um problema geoambiental derivado de fenômenos ou perigos naturais de caráter hidrometeorológico ou hidrológico, ou seja, aqueles de natureza atmosférica, hidrológica ou oceanográfica.

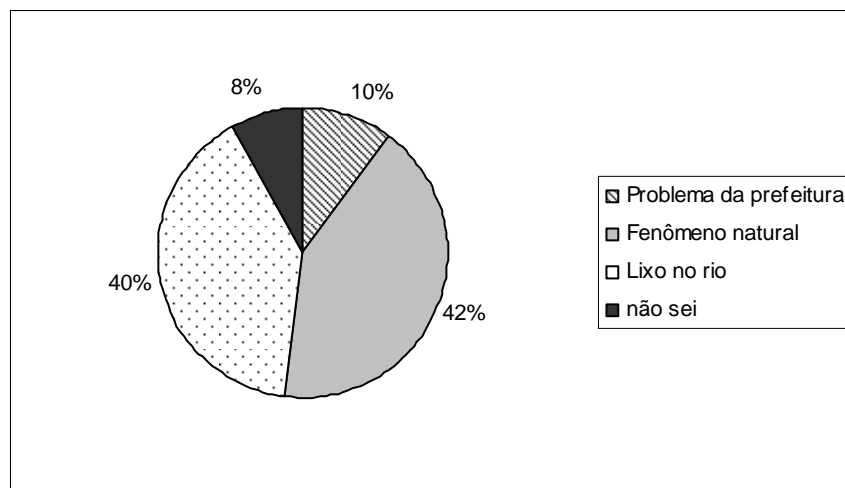


Figura 6. Origem da enchente na visão dos entrevistados

Pelos dados da Figura 7, pode-se constatar que, no período de enchente, 48% dos entrevistados optam por permanecer nas palafitas para guardar e proteger os pertences. Essa alternativa ocorre porque, nesse período, muitos dos moradores são deslocados para abrigo provisórios podendo seus pertences ser saqueados. A alternativa de mudar para casa de familiares que não foram afetados pela enchente e depois retornam foi relatado por 38% dos entrevistados. Do público alvo, 8% são encaminhados para abrigos provisórios e, mesmo sendo um serviço gratuito oferecido pela prefeitura e governo do estado, teve baixa procura, porque, segundo Moreira et al. (2011) e Siqueira et

al. (2011), são instalações impróprias e sem infraestrutura necessária para receber a população. Ainda existem residentes das palafitas que preferem alugar outra casa durante esse período, porém, relataram que levam seus pertences prevendo a perda desses, caso deixem nas moradias de origem.

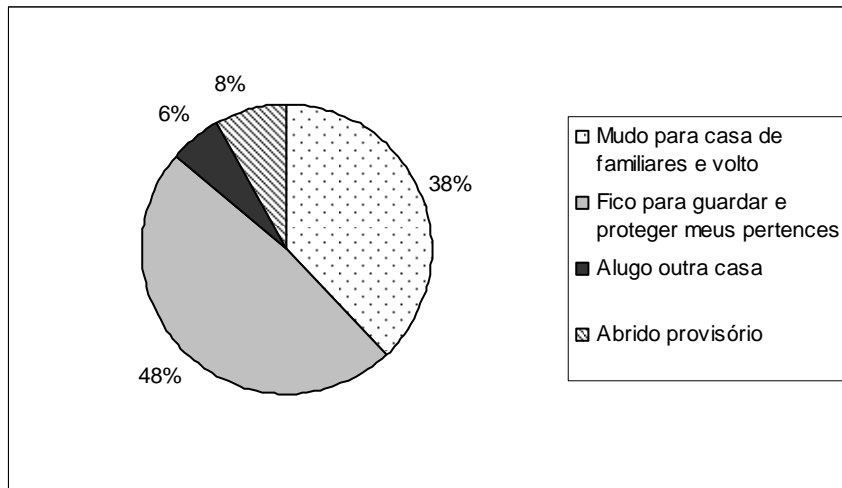


Figura 7. Formas encontradas pelos moradores entrevistados de moradia durante a enchente

Independentemente do período que residem nas palafitas (Figura 2), quase a totalidade dos entrevistados (96%) já vivenciaram enchente, sendo que apenas 4% não presenciaram esse fenômeno natural (Figura 8). Para algumas pessoas da população, no período de enchente, as dificuldades aumentam pelo fato de deslocamento ficar mais caro, além de alguns locais o comércio fechar totalmente. Entretanto, para outras pessoas, nota-se um ambiente de diversão e lazer, fato justificado pelo número de crianças e adultos utilizando a cheia do rio como balneabilidade.

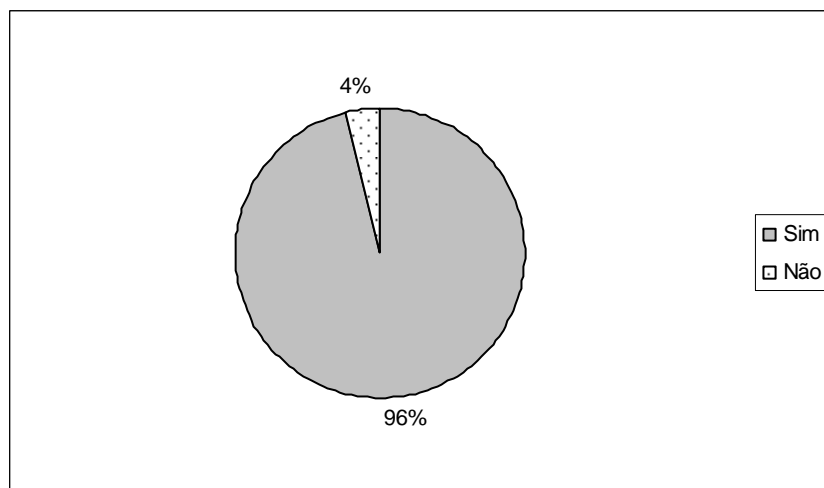


Figura 8. Moradores entrevistados das palafitas que vivenciarem a enchente

4. CONCLUSÕES

Mesmo a população vivendo com algumas dificuldades, a população entrevistada residente nas palafitas de Laranjal do Jari, Amapá possui um desejo de permanecer, apesar de se mostrar forte, não é preeminente. Ao contrário, existe uma forte mobilidade na cidade. A maioria da população local



chegou a Laranjal à procura de emprego, na Jari, ou em empresas associadas. A maioria acabou ficando por ter perdido seu emprego e sua fonte de renda. Esta é a própria história de constituição da cidade: teve seu início a partir de famílias de empregados/desempregados da empresa. É importante ressaltar também que a população mais antiga tem orgulho de atestar que eles construíram a cidade e não os governantes.

REFERÊNCIAS

BROWDER, J.O. GODFREY, B. **Cidades da Floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira**. 1ª ed. Manaus: EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

CELIS, Regina. **Ocupação Urbana do Sul do Amapá**. In. Seminário Regional da SBPC. Macapá-AP: UNIFAP, Março de 2007.

CLARETO, S. M. **Terceiras Margens: um estudo etnomatemático de espacialidades em Laranjal do Jari (Amapá)**. Tese de doutorado em Educação Matemática. Orientador: prof. Dr. Ubiratan D'Ambrósio. Rio Claro: UNESP, 2003.

IBGE. **Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais**. Página visitada em 07 de julho de 2012.

ISRD – INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER REDUCTION. **Living with risk**. A global review of disaster reduction initiatives. Geneva: United Nations, 2002. 387p.

MOREIRA, T.J.C. ; NEVES, S.S. ; REIS, A.N. ; SABÓIA, Y.P. ; CAMPOS, V.B. Abordagens sobre o lixo em abrigo provisório de Laranjal do Jari, AP: ação de educação ambiental. In: VI Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica - Tecnologia inovadora sustentável: Ações afirmativas, equidade e promoção da qualidade de vida. Natal-RN: IFRN, 2011. **Anais...** v. 1. p. 1-8.

PORTO, J.L.R.; COUTO, M.E.A.; BARROZO, J.; SANTOS, M.S.; THALEZ, G.M. Do Território Federal a Estado: Condicionantes para a Execução de Ajustes Espaciais no Amapá. In. Seminário trinta e cinco. **Geografia em Atos**, v. 2, n. 7, 2007.

SIQUEIRA, K.F. ; CAMPOS, V.B.; PITANGA, P.S.A. ; ALMEIDA, W. L.; MOURA NETO, R.R. . Diagnóstico das condições dos abrigos utilizados na enchente de Laranjal do Jari-AP: estudo de caso. In: VI Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica - Tecnologia inovadora sustentável: Ações afirmativas, equidade e promoção da qualidade de vida. Natal-RN: IFRN, 2011. **Anais...**v. 1. p. 1-8.